



# Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Melhor Prática

País: Estónia

abril de 2014

<b>Designação da prática</b>	Autorreflexão sobre a capacidade de comunicação
<b>Principais características:</b>	<p>Esta metodologia de formação é utilizada na <b>Estónia</b> para a formação no domínio da capacidade de comunicação e das competências de gestão.</p> <p>O formato de formação dividi-se em três fases: um seminário introdutório, uma sessão individualizada de retorno de informações e um seminário de acompanhamento.</p> <p>O número de participantes é bastante baixo, normalmente de cinco. O grupo de formadores é constituído por um especialista no domínio das comunicações e um especialista em direito processual.</p> <p>No seminário introdutório, os participantes debatem uma comunicação eficaz e as estratégias de gestão de audiências que utilizam.</p> <p>Posteriormente, cada participante é visitado pelos formadores, que observam e gravam uma audiência conduzida pelo participante e, em seguida, dão imediatamente o retorno da informação sobre o seu desempenho.</p> <p>Antes do seminário de acompanhamento, são disponibilizadas gravações de vídeo aos restantes membros do grupo de formação para lhes dar a oportunidade de aprenderem com as melhores práticas utilizadas pelos seus colegas juízes.</p> <p>No seminário de acompanhamento, os participantes visualizam e debatem as práticas mais significativas e formulam conclusões e recomendações para o seu próprio desenvolvimento futuro.</p>
<b>Contactos da instituição</b>	Supremo Tribunal da Estónia 17 Lossi St, 50093

Tartu  
Estónia  
Telefone: + 372 7 309 002  
Fax: + 372 7 309 003  
Endereço de correio eletrónico: [info@riigikohus.ee](mailto:info@riigikohus.ee)  
Sítio Web: <http://www.nc.ee>

*Outras  
observações*

Esta abordagem de formação individualizada consiste numa **MELHOR PRÁTICA** que é facilmente transferível por si só, embora o regime possa colidir com as normas jurídicas nacionais aplicáveis em relação à filmagem de audiências judiciais ao vivo e aos direitos dos participantes no processo.

Esta metodologia foi adotada a fim de dar resposta às necessidades de formação individualizada no domínio da gestão eficaz de audiências e das capacidades profissionais em matéria de comunicação, pois é de esperar que os juízes e magistrados do Ministério Público tenham um grande interesse no modo como o seu estilo no que se refere à condução da sua atividade oficial transparece para os outros na sala de audiências. A recolha de outras formas de retorno de informações sobre tais matérias seria, certamente, altamente inadequada.

Tal formação é pertinente para as necessidades de cada juiz participante, permitindo uma estreita interação entre formadores e magistrados. Além disso, esta metodologia de formação proporciona uma relativa discricção indispensável que é muito apreciada. Permite não só ter em conta diferenças individuais e dar resposta a problemas individuais como também fornece uma grande quantidade de informações úteis a um processo de avaliação das necessidades de formação.

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)